

## 5

### Uma triste *movida*

O debate em torno do testemunho ocupa hoje um lugar central na Argentina. Vinte e cinco anos depois do fim da última ditadura, as feridas abertas pelo mais brutal regime da história do país ainda não cicatrizaram. O paradeiro de nove mil jovens, vítimas de um sistema clandestino de extermínio, ainda é desconhecido, a sua ausência perdura, mantendo viva a dor das suas mães e dos seus filhos. As crianças de ontem, quando sumiram os seus pais, são hoje jovens adultos protagonistas ativos da luta pela justiça e pela verdade, sem esquecer as centenas de crianças recém-nascidas, arrancadas dos braços das suas mães presas (e desde então desaparecidas), adotadas sob identidades falsas e ainda procuradas pelas suas avós. Um punhado de comandantes das Forças Armadas foi julgado e condenado nos anos 80. Depois de alguns anos, foram libertados, protegidos por leis de anistia e de obediência devida. Estas só foram abolidas pela Corte Suprema no dia 14 de junho de 2005.

O caminho da justiça abriu-se de novo. Os julgamentos de centenas de carrascos se tornaram finalmente possíveis. Um dos primeiros a enfrentar um tribunal foi Miguel Etchecolatz. Ele foi chefe da polícia de La Plata e principal executor da política de repressão na cidade durante a ditadura. Etchecolatz foi julgado entre junho e setembro de 2006 e condenado à prisão perpétua. Mas o processo terminou num ambiente aterrorizante: Jorge Julio Lopez, uma das testemunhas-chave da acusação, desapareceu dois dias antes do veredicto, provavelmente sequestrado e eliminado por capangas ligados ao réu. Até o juiz federal Carlos Rodanzki, que presidiu o tribunal, recebeu ameaças de morte. Na Argentina, os fantasmas do passado continuam assombrando o presente. Todos os dias, os trágicos eventos dos anos de chumbo são lembrados, analisados, desvendados por artigos, ensaios, testemunhos, exposições, documentários, filmes e debates.

Nas últimas duas décadas e meia, a chamada narrativa pós-ditadura mobilizou grande parte da criação cultural e da reflexão intelectual argentina a ponto de criar uma – triste e dolorosa – *movida*: dezenas de livros de testemunhos baseados em

experiências da repressão foram publicados assim como centenas de ensaios sobre os temas da ditadura e da memória. Mais de duzentos documentários e filmes foram lançados sobre o período<sup>1</sup>. A imprensa, as universidades, as escolas, os sindicatos, os partidos políticos, as televisões, os tribunais, os museus foram mobilizados, sem contar as inúmeras manifestações de rua. Mesmo a ciência deu a sua contribuição com o surpreendente desenvolvimento das técnicas argentinas de “antropologia forense”, especializada na identificação de cadáveres e hoje considerada uma das mais avançadas do mundo. Afinal, uma mistura *sui generis* de envolvimento passional (muitas vezes ligado ao sofrimento direto dos protagonistas) e de alta qualidade intelectual produziu um debate que, mesmo profundamente enraizado no contexto local, abarca amplos horizontes da discussão contemporânea.

Antes do golpe de 76, o testemunho não gozava de nenhum *status* relevante seja na literatura, no cinema ou na política<sup>2</sup>. Nem os governos militares anteriores nem outros eventos cruciais da história nacional foram acompanhados ou seguidos de tal *movida* testemunhal. A onda testemunhal depois do golpe e, principalmente, depois da restauração da democracia, é única na história argentina.

Durante a ditadura, a censura<sup>3</sup> proibia tais depoimentos em nome da guerra contra o terrorismo e a subversão. Os primeiros relatos de sobreviventes começaram a aparecer no exterior: na imprensa estrangeira, em organizações como Amnesty Internacional<sup>4</sup> e a Organização dos Estados Americanos<sup>5</sup> e em alguns poucos livros publicados por exilados na França e no México, e que só serão divulgados na Argentina depois da

<sup>1</sup> O catálogo de vídeos do Museu da Memória de La Plata, consultado nesta pesquisa, contém 180 documentários e, segundo o seu responsável, está incompleto.

<sup>2</sup> Fora algumas exceções, como o livro *Operación masacre* de Rodolfo Walsh, de 1957.

<sup>3</sup> Segundo o comunicado dia 24 de março 1976: “Se comunica a la población que la Junta de Comandantes Generales ha resuelto que sea reprimido con la pena de reclusión por tiempo indeterminado el que por cualquier medio difundiere, divulgare o propagare comunicados o imágenes provenientes o atribuidas a asociaciones ilícitas o personas o grupos notoriamente dedicados a actividades subversivas o al terrorismo. Será reprimido con *reclusión de hasta diez años*, el que por cualquier medio difundiere, divulgare o propagare noticias, comunicados o imágenes, con el propósito de perturbar, perjudicar o desprestigiar las actividades de la Fuerzas Armadas, de Seguridad o Policiales” (o grifo é nosso).

<sup>4</sup> Em fevereiro de 1980, a Amnesty International publicou “Testimonio sobre los campos clandestinos de detención en Argentina”. O relatório apresenta em detalhe o funcionamento dos centros clandestinos de detenção baseando-se nos testemunhos de dois sobreviventes do campo Olimpo exilados no México, Oscar Alfredo González e Horacio Guillermo Cid de la Paz. Seus testemunhos foram cruzados com os outros detentos. No dia 23 de fevereiro, o governo desmentiu a existência de centros clandestinos no país. O campo Olimpo era um lugar clandestino de detenção que funcionava numa garagem aparentemente abandonada de Buenos Aires. Em 2003, foi lançado o filme “Garagem Olimpo” do diretor Marco Bechis, um dos mais contundentes relatos da repressão dos anos 70.

<sup>5</sup> A Comissão Interamericana de Direitos Humanos visitou a Argentina do dia 6 ao dia 20 de setembro de 1979 e publicou em 18 de abril de 1980 um relatório condenando as violações de Direitos Humanos no país.

queda do regime castrense. É o caso de *Somos todos subversivos*, de Carlos Gambetta, publicado em 79 em Paris e só editado na Argentina em 1983. No prólogo da edição argentina, o autor conta as dificuldades encontradas pelos sobreviventes da repressão que partiram para o exílio na Europa e não conseguiam convencer os seus amigos que ficaram no país da brutalidade do regime.

De fato, a maioria dos argentinos acreditava na época que as denúncias dos defensores de Direitos Humanos eram exageradas. Para eles, o governo tinha restabelecido a ordem e reerguido a economia. A vitória argentina no Mundial de futebol de 78 produziu um *élan* nacionalista que ofuscava qualquer crítica ao regime. Os militares acusavam os exilados de prolongar, no exterior, a luta subversiva derrotada no país por meio de uma campanha que eles qualificavam de “antiargentina”. Até as ações e denúncias das Mães da Praça de Maio, então tratadas pelo governo como loucas, tinham um impacto restrito a círculos militantes. Os primeiros testemunhos, que apareceram na forma de denúncia do regime, saíram progressivamente da margem dos grandes debates nacionais. Eles vinham romper o silêncio sobre o qual navegava a amnésia, segundo escreve Pilar Calveiro<sup>6</sup>. No início, eles eram só um rumor que circulava nos meios politizados e no estrangeiro, mas o rumor foi crescendo e se infiltrando em certos lugares, tornando-se cada vez mais audível.

Em 1983, o mesmo ano em que foi lançado o livro de Rigoberta Menchú, a democracia foi finalmente restaurada, erguendo-se num campo de ruínas simbólicas. As guerrilhas do Exército Revolucionário Popular e dos Monteneros tinham sido esmagadas, dezenas de grupos clandestinos desmantelados, seus membros presos, torturados, exilados ou desaparecidos. Os ideais revolucionários desembocaram num desastre militar e na degola de parte de uma geração de militantes (a imensa maioria dos desaparecidos tinha entre 16 e 25 anos). Do lado oposto, a derrota na guerra das Malvinas humilhou as Forças Armadas, provocando a queda da ditadura. A Igreja Católica ficou dividida: a ala progressista próxima da Teologia da Libertação foi perseguida com tal fúria que ela foi praticamente eliminada, enquanto a igreja tradicionalista, cúmplice da ditadura, recolheu-se ao silêncio<sup>7</sup>. Dez anos depois da morte

---

<sup>6</sup> *Poder y desaparición*, p. 162: “Los testimonios venían romper el silencio sobre el que navega la amnesia. Al principio sólo fueron un rumor que circulaba en los medios politizados y en el extranjero, pero le rumor fue creciendo y filtrándose por distintos resquicios, haciéndose cada vez más audible”.

<sup>7</sup> Alusão ao livro *El silencio*, de Horacio Verbitsky, que relata a participação direta do arcebispo de Buenos Aires para esconder os presos torturados na ESMA de uma comissão de Direitos Humanos enviada pela OEA em 1980. Dezenas de detentos em estado de saúde muito precário foram instalados durante alguns dias nas dependências da casa de campo do arcebispo, um lugar chamado “el silencio”.

de Perón, o seu movimento sentia-se ainda órfão do seu líder. Neste espaço simbólico destruído, o testemunho emergiu como um pilar de reconstrução de uma nova ordem democrática baseada no ideário dos Direitos Humanos. A palavra das vítimas foi erguida como um alicerce de uma nova ordem política.

A partir de outubro de 1982 e, particularmente, do verão 83-84 (o primeiro da democracia), a imprensa argentina começa a divulgar intensamente as informações relativas aos desaparecidos, as tumbas e fossas comuns encontradas, as denúncias de familiares e testemunhos de sobreviventes. Esta onda de informações, não raro tratada de forma sensacionalista, foi criticada pela direita como um “verdadeiro circo dos horrores”.

No dia 20 de setembro de 1984, o escritor Ernesto Sábato liderou uma passeata até o palácio presidencial da Casa Rosada. Atrás dele, uma multidão de setenta mil pessoas atravessou as ruas do centro da capital. Mais uma vez na história argentina, o espaço público, a rua, as avenidas do centro de Buenos Aires até a Praça de Maio formaram o palco de uma transformação vertiginosa do país. Esta mesma praça de onde foi expulso o último vice-rei de Espanha e celebrada a independência, onde Perón e Evita eram aclamados, onde as mães de desaparecidos começaram o seu movimento, recebeu naquele dia um cortejo inusitado, raro e talvez (até então) único na história mundial.

Sábato trazia nas mãos um livro, intitulado *Nunca más*, fruto do trabalho da Comisión Nacional de las Personas Desaparecidas (Conadep), instaurada pelo presidente Alfonsín, alguns dias depois da restauração da democracia. Dividida em antenas regionais, a Conadep reuniu-se a partir de 15 de dezembro de 1983. Durante nove meses, foram ouvidos mais de *trinta mil testemunhos*, essencialmente parentes de desaparecidos e sobreviventes. Um trabalho lancinante que juntou mais de cinquenta mil páginas de documentos para chegar à certeza de que a ditadura militar gerou “a maior tragédia da nossa história, a mais selvagem”<sup>8</sup>. Os membros da comissão juntaram as provas do desaparecimento de nove mil pessoas, mesmo convencidas de que o número pode ser bem maior. O escritor carregava, assim, um livro coletivo baseado em milhares de testemunhos e se dirigia ao palácio presidencial, a Casa Rosada, para entregá-lo ao presidente da nação e, ao fazê-lo, colocava esta obra como pedra fundamental da reconstrução simbólica de um país.

*Nunca más*, que logo seria um dos maiores *best-sellers* que o país já teve,

---

<sup>8</sup> P. 1 de *Nunca más*.

inaugurava uma nova fase da história argentina e colocava a problemática do testemunho no epicentro da cultura nacional<sup>9</sup>.

\*\*\*

A publicação do *Nunca más* significou também um marco na história do continente castigado pelos ventos da guerra fria desde a revolução cubana. Os golpes de estado se sucediam na América do Sul (Paraguai, 1954; Brasil, 1964; Peru, 1968; Bolívia, 1971; Uruguai, 1972; Chile, 1973; Argentina, 1976), enquanto na América Central (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Honduras) os governos civis apoiados pelos Estados Unidos lideravam uma repressão brutal às tentativas de guerrilhas. Além disso, os americanos intervieram diretamente para derrubar governos com fracasso (em Cuba, em 1962, na Baía dos Porcos) e, com sucesso (na República Dominicana em 1965, em Granada em 1983, e no Panamá em 1989).

Após alguns anos, os governos militares, mergulhados em crises econômicas e de legitimidade, começaram a ruir. Antes de sair do poder, os oficiais criaram em vários países leis visando apagar os horrores cometidos e garantir a sua impunidade: leis chamadas de “Anistia” (Brasil), “Punto final” e “Obediencia debida” (Argentina, Chile), “Caducidad” (Uruguai). Para reagir a essas tentativas de esquecimento forçado, foram instaurados organismos de investigação criados para ajudar as sociedades que viveram graves situações de violência política a enfrentar o seu passado a fim de superar as crises e os traumas produzidos pela violência e evitar que tais fatos se repetissem no futuro. Estas comissões<sup>10</sup> buscam conhecer as causas da violência, as origens do conflito e estabelecer as responsabilidades jurídicas. Permitem identificar as estruturas do terror e suas ramificações na sociedade (Forças Armadas, polícia, governo, poder judiciário), contribuem para construção de uma narrativa do passado, propõem políticas de reparação dos danos e tentam evitar a permanência dos verdugos na estrutura do estado. Acusados de abrir de novo as feridas do passado, estes organismos consideram que a “única maneira de conseguir fechá-las será através de uma reconciliação nacional baseada na verdade e na justiça a respeito dos acontecimentos”<sup>11</sup>.

A primeira delas foi a Conadep (Comisión Nacional sobre la Desaparición de

<sup>9</sup> Este relatório serviu de base ao julgamento dos membros das juntas militares que ocorreu entre 22 de abril de 1985 e 9 de dezembro do mesmo ano, quando foram ouvidos 800 testemunhos de acusação.

<sup>10</sup> *Ibid.*

<sup>11</sup> PEREZ AGUIRRE. In: CUYA, Esteban *Las comisiones de la verdad en América Latina*, KO'AGA ROÑETA se.iii (1996). Disponível em: <<http://www.derechos.org/koaga/iii/1/cuya.html>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

Personas) na Argentina. No Brasil, um grupo de ativistas de Direitos Humanos coordenados pelo arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, trabalhou sigilosamente de 1979 a 1985 juntando documentos oriundos dos tribunais militares para reconstituir a história da repressão no país. No Chile, foi a Comisión de Verdad y Reconciliación<sup>12</sup> que se encarregou de desvendar as atrocidades cometidas durante a ditadura de Pinochet (1973-1989). A Comisión de la Verdad para El Salvador (1992-1993) analisou os doze anos de guerra civil no país. No Peru, a Comisión Verdad y Reconciliación (2003) investigou a guerra suja entre as forças do estado e os grupos de guerrilha Sendero Luminoso e Tupac Amaru entre 1980 e 2000. Na Guatemala, o Proyecto Interdiocesano Recuperación de la Memoria Histórica (1998) debruçou-se sobre os enfrentamentos entre as várias frentes de guerrilha e o governo entre 1960 e 1994. No Paraguai, o Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencias, CIPAE, coordenou as investigações sobre as violações de Direitos Humanos durante a ditadura Stroessner (1964-1989).

Em todos esses casos, os resultados dos trabalhos foram publicados como livros, começando pela Argentina que lançou a moda do título: *Nunca más: informe da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas na Argentina*, presidida por Ernesto Sábato (1983). Em seguida, foram publicados pelas respectivas comissões: *Brasil nunca mais* (1986), *Paraguay nunca más* (1990), *Nunca más Chile*, os crimes da ditadura militar chilena (1991); *De la locura a la esperanza*, la guerra de doze años en El Salvador (1993); *Uruguay nunca más* (1993)<sup>13</sup>, *Guatemala nunca más* (1998); *Eles hablan por si mismo*, informe preliminar sobre los desaparecidos en Honduras (2002); *Informe final de la Comisión Verdad y Justicia de Peru* (2003).

Todos esses livros tiveram vendas excepcionais, foram *best-sellers* em seus países, adquiriram *status* de referência internacional para estudos históricos, selaram uma etapa da transformação política e da construção coletiva de uma narrativa do passado recente. Mesmo levando em conta as peculiaridades nacionais dos conflitos, dos regimes, das formas de repressão e do grau de violência, aparece claramente um ciclo comum aos países da região no último meio século: entre o levante guerrilheiro, o

<sup>12</sup> “O presidente Patricio Aylwin, mediante el Decreto Supremo No. 355 del 24 de abril de 1990, creó la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación, con el objetivo de Contribuir al esclarecimiento global de la verdad sobre las más graves violaciones a los derechos humanos cometidas en los últimos años, con el fin de colaborar a la reconciliación de todos los chilenos. Se determinó que se investiguen a los hechos con resultado de muerte o desaparición ocurridos entre el 11 de septiembre de 1973 y el 11 de marzo de 1990 bien sea dentro del país o en el extranjero. Toda la investigación debió hacerse en un plazo de nueve meses, del 9 de mayo de 1990 al 9 de febrero de 1991”. In: CUYA, Estéban. *Op. cit.*

<sup>13</sup> Data da versão americana. Não encontrei a data da versão original.

contragolpe repressivo (e o esmagamento em quase todos os casos do aparato revolucionário, com exceção da revolução vitoriosa na Nicarágua e dos acordos de paz em El Salvador e na Guatemala) e a instalação no centro do espaço público de um discurso de reconstituição do passado numa perspectiva de Direitos Humanos. Este ciclo, repito, tem muitas variáveis nacionais, e a apresentação acima pode parecer um tanto redutora. De fato, ela somente serve para retomar a discussão em torno da narrativa testemunhal, já que todos estes processos das comissões autoras de relatórios *Nunca más* (com a exceção do Brasil onde se realizou um trabalho sigiloso) basearam-se em testemunhos. Ou melhor, em dezenas de milhares de testemunhos: 30.000 na Argentina, 17.000 no Peru, por exemplo.

Como escreve Esteban Cuya<sup>14</sup>, em muitos casos, do lado das vítimas, existia um material documental abundante na forma de denúncias legais, de recursos jurídicos, de atas e protocolos de necropsias, de testemunhos diante de juízes ou fiscais que foram arquivados pelas organizações de Direitos Humanos. Mas certamente o testemunho dos sobreviventes das operações, assim como os relatos dos testemunhos visuais (*testigos*) e dos familiares, foram peças valiosas para avançar em direção à verdade. Enfim, a narrativa testemunhal teve um papel fundamental nestes processos históricos e políticos. Mas de qual testemunho estamos falando? Sem dúvida, um testemunho radicalmente diferente da biografia metonímica à *la* Menchú ou da prosa heroica do guerrilheiro guevarista.

Três razões fundamentais justificam a escolha do relatório *Nunca más*, organizado por Ernesto Sábató, para aprofundar a discussão sobre as narrativas testemunhais na América Latina. Primeiramente, a história do livro e seu papel histórico: *Nunca más* foi pioneiro no uso de milhares de testemunhos como fonte da sua narrativa, e este procedimento teve um repercussão enorme não somente na Argentina como em toda a América Latina, a ponto de ser copiado por muitos países, como vimos.

Em segundo lugar, a relação do *Nunca más* com os textos de Menchú e de Che Guevara: da mesma forma que a sombra de Che pairava sobre a narrativa de Menchú, a análise do *Nunca más* que estamos iniciando vai abrir novas perspectivas sobre os textos citados, em particular sobre a relação entre as condições históricas de enunciação e a construção da narrativa testemunhal. Assim, a narrativa de *Pasajes...* apareceu dentro de uma dinâmica histórica em curso e foi esta mesma dinâmica (no caso, a da Guerra Fria) que fez emergir a narrativa do *Nunca más*. *Pasajes...* antecipa novos

---

<sup>14</sup> CUYA, Esteban *Op. cit.*

combates e campanhas militares revolucionárias. *Nunca más* nasce da derrota, do esmagamento da tentativa revolucionária. Assim, *Nunca más* é reflexo de um momento histórico que veio *depois* de *Pasajes*. É de certa maneira o seu contraponto, formando um binômio: antes e depois da derrota do sonho revolucionário. Mas esta derrota não foi somente militar. Os dois textos não são simplesmente antagônicos como se fossem os discursos do vencedor e do perdedor de uma mesma batalha. Os testemunhos do *Nunca más* não perderam somente a guerra (quando eram revolucionários, o que não era o caso de todos), perderam o sonho, as referências, amigos e familiares, sua integridade física, sua visão de mundo, a sua postura de enunciação, seu protagonismo histórico no momento da sua expressão. E a passagem da posição de guerrilheiro autor da sua narrativa histórica, tanto nos gestos quanto nos textos, para a posição da vítima depoente diante de uma comissão que vai assumir a gestão da sua narrativa decorreu diretamente de condições históricas precisas (que abordamos adiante). Resumindo, *Nunca más* aparece *depois* de *Pasajes*, numa relação de sequência histórica em função de um encadeamento de fatos, o que vai ter uma influência fundamental na modificação das narrativas.

Terceiro motivo para analisar *Nunca más*: se podemos estabelecer que ambos os textos (*Pasajes...* e *Nunca Más*) tiveram uma forte influência sobre outros textos e inscrevem-se numa mesma dinâmica histórica, mesmo que em posições radicalmente diversas, precisamos nos perguntar como ficou a narrativa testemunhal neste contexto. Será que o uso do termo “testemunho” para qualificar estes dois textos corresponde à continuidade de um mesmo tipo<sup>15</sup> de narrativa? Ou será, como queremos mostrar aqui, que a transformação histórica do contexto de enunciação foi acompanhada de uma mudança radical na conceituação do testemunho? Fechando o cerco, ou melhor, neste caso, o triângulo, a análise do *Nunca más* nos permitirá voltar a questionar os parâmetros do testemunho discutidos na análise do texto de R. M. em dois pontos: a relação entre testemunho e autobiografia de um lado e, do outro, entre testemunho e prova histórica – o cerne da discussão entre Menchú e Stoll<sup>16</sup>.

Antes de abordar de forma mais aguda a construção da narrativa testemunhal em

<sup>15</sup> A escolha do termo “tipo” é propositalmente vaga para não entrar nas discussões que introduzirão neste ponto o uso de palavras, como gênero, paradigma e tipo, que serão retomadas.

<sup>16</sup> O processo que levou à redação do *Nunca más* argentino é historicamente inovador e vai dar a este livro uma relevância nacional e internacional pioneira para este tipo de narrativa testemunhal na América Latina. Isto não significa que todos os procedimentos adotados pelo *Nunca más* foram *inventados* pelos seus autores. A autoria destes procedimentos é secundária diante da enorme publicidade que eles adquiriram a partir do *Nunca más*. Esta notoriedade nos permite oferecer comparações com os outros textos seminais do testemunho latino-americano.

*Nunca más*, precisamos voltar ao contexto da sua enunciação, a efervescência testemunhal que tomava conta da Argentina na época, e, como disse Elisabeth Jelin<sup>17</sup>, a incorporação da perspectiva das violações de Direitos Humanos foi, neste marco, uma verdadeira revolução paradigmática. Esta definição implica conceber o ser humano como portador de direitos inalienáveis e supõe também a atribuição de uma responsabilidade central às instituições estatais para garantir a vigência e o cumprimento destes direitos.

Os testemunhos recolhidos, redigidos e publicados pela Conadep foram inteiramente moldados por este paradigma de Direitos Humanos. Como aconteceu a passagem de uma narrativa guerrilheira, de uma épica *à la* Che Guevara, com seu desfile de personagens gloriosos, de ataques heroicos, de adjetivos pomposos e de descrições de fuzilamentos salpicadas distraidamente na narrativas ao recolhimento de milhares de vozes de vítimas, derrotadas nos seus sonhos guerrilheiros (para aqueles que os tinham), no seu corpo e no seu imaginário, à deriva das grandes ou pequenas narrativas do seu tempo, agarrados com todas as suas parcas forças à esperança de que o seu testemunho lhes abrisse uma passagem para a normalidade, para o depois, para o luto, para o mais longe possível dos seus pesadelos?

---

<sup>17</sup> JELIN, Elisabeth. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales, *Cuadernos del IDES*, 2003: “La incorporación de la clave ‘violaciones a los derechos humanos’ fue, en ese marco, una verdadera revolución paradigmática. Esta definición implica concebir al ser humano como portador de derechos inalienables. Supone también la asignación de una responsabilidad central a las instituciones estatales de garantizar la vigencia y el cumplimiento de esos derechos”.